



Juízo: Projeto Reforço - Ações de Improb Adm e Penais (Crimes contra a Admin) de
Comarca de Porto Alegre

Processo nº: 001/2.19.0023178-4 (CNJ: 0041791-23.2019.8.21.0001)

Tipo de Ação: Escuta Telefônica

Requerente: Ministério Público

Réu: Ignorado

Local e data: Porto Alegre, 10 de maio de 2019.

OFÍCIO

Ofício nº: 322/2019 (Ao responder, favor mencionar o nº do processo)

Senhor(a) Diretor (a) Diretor CLARO S.A.:

Comunico a Vossa Senhoria que por decisão deste Juízo, com base no artigo 5º, inciso XII, da Constituição Federal e Lei n. 9.296/96, foi DEFERIDO o pedido de **RENOVAÇÃO INTERCEPTAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS** e de seus respectivos números de serial e/ou IMEI, pelo prazo de 15 (quinze) dias, a contar da implantação efetiva da medida, dos telefones:

NOME	CPF	TELEFONE
Álvaro Davi Boessio	337.333.250/87	(54) 99981-8687
Milena Darsie Baldasso	035.744.540/66	(54) 99690-5290

Foi DEFERIDO efetivação das medidas por meio de Sistema Guardião/
MP-RS.

Determino a Vossa Senhoria, que a operadora deverá :

1) enviar eletronicamente, para o link de dados e de sinais do Sistema Guardião do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, a sinalização de áudio das chamadas telefônicas, bem como a identificação do telefone interceptado, do interlocutor, do horário inicial e final das chamadas, seu tempo de duração e a localização geográfica da Estação Rádio Base utilizada pelo telefone interceptado e de seu interlocutor;

2) enviar eletronicamente a identificação e gravação das SMS (short messages service) e MMS (mensagens multimídias) eventualmente transmitidas ou recebidas pelo telefone interceptado;

3) enviar eletronicamente os dados e endereços de internet (WAP, GPRS, WEB) eventualmente acessados pelo respectivo terminal telefônico interceptado.



8) que as seguintes pessoas tenham acesso às informações relativas à interceptação telefônica em observância ao disposto no art. 10, inciso VI, da Resolução n.º 59, de 09 de agosto de 2008, do Conselho Nacional de justiça, e no art. 4º, inciso IV, da Resolução n.º 36, de 06 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público,:

1. Voltaire de Freitas Michel, Promotor de Justiça;
2. Alexandre Silvestre Jobim, policial militar;
3. Joel Jesus Baptista Rosa, policial militar;
4. Lisiane Tubino Xavier, policial civil;
5. Neldo Augusto Dobke Valadão, assessor jurídico do MPRS;
6. Simone Saad, assessora jurídica do MPRS.

9) eventuais informações solicitadas pela empresa de telefonia, deverão ser repassadas à Administração do Sistema Guardiã do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, estabelecida na Rua Andrade Neves, n.º 106, 9º andar, Centro, Porto Alegre.

Atenciosamente.

Marcos La Porta da Silva
Juiz de Direito

Ilmo Sr.
Diretor CLARO S.A.

	<p>Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por: Signatário: MARCOS LA PORTA DA SILVA Nº de Série do certificado: 01065DD8 Data e hora da assinatura: 10/05/2019 13:41:47</p> <p>Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na Internet, o endereço http://www.tjrs.jus.br/verificadocs e digite o seguinte número verificador: 0012190023178400120191489207</p>
--	---